

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E PRÁTICA

Neste artigo procuro trazer algumas reflexões acerca das produções curriculares. Tendo por objetivo pensar a inseparabilidade entre prática e políticas, a partir de uma abordagem com as pesquisas com os cotidianos. Trago um diálogo com Oliveira (2013), no que diz respeito às *políticaspráticas* na inseparabilidade entre prática e política, Alves (2010) na relação entre prática e política e Rodrigues e Garcia (2016) no sentido de que toda prática é eminentemente política.

Diversos estudo e teorias debatem a questão curricular, partindo de diferentes enfoques. Na perspectiva das pesquisas dos cotidianos, procuramos pensar os currículos como criação cotidiana dos *praticantespensantes* (OLIVEIRA, 2012). Pensando no cotidiano como *espaçotempos* (ALVES, 2001) de produção e formação e não apenas lugar de reprodução. Sobre as palavras escritas juntas, é um recurso do campo dos cotidianos com propósito de produzir outro sentido ao deslocar cada palavra.

Compreendendo a complexibilidade do campo curricular, para além do seu sentido hegemônico, como produções plurais e coletivas em constante movimento de construção e reconstrução, tecidas mediante as disputas e negociações políticas, permeado pela complexibilidade dos cotidianos e dos sujeitos que o compõe.

Partindo dessa perspectiva, Oliveira (2013), nos ajuda a pensar que “não há prática que não integre uma escolha política e que não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada” (OLIVEIRA, 2013, p. 276). Os sujeitos

envolvidos nas produções curriculares incorporam seus conhecimentos, valores, escolhas políticas, desejos, tanto na definição, quanto naquilo que efetivamente é feito.

Desta maneira, não vemos como “políticas” somente as ações dos grupos hegemônicos na sociedade, embora estes produzam ações que são mais visíveis. Os grupos não hegemônicos, em suas ações, produzem políticas que, muitas vezes, não são visíveis aos que analisam “as políticas” porque estes foram formados para enxergar, exclusivamente, o que é hegemônico com o que aprenderam como o modo de pensar hegemônico. (ALVES, 2010, p.1)

Entendemos, segundo Alves (2010), as políticas como ações de um determinado grupo, sobre determinada questão com finalidades e objetivo definidos para mudar ou legitimar algo. E como prática coletiva é permeada de lutas de posições diferentes e contrárias, de possibilidades e limites, de diálogos e embates. E nesse sentido todas as práticas são eminentemente políticas, como corrobora Rodrigues e Garcia (2016).

Precisamos superar assim, a dicotomia entre política e prática. Comumente pensamos as políticas como uma instância superior, que são idealizadas nos gabinetes por um grupo seleto de intelectuais. E a prática como uma instância inferior, um campo de ação onde se executa o que foi previamente pensado e definido. Superando essa ideia podemos perceber a relação entre elas, pois as políticas são geralmente pensadas para atender as demandas das práticas, que por sua vez são influenciadas pelos discursos oficiais e pelas especificidades dos sujeitos que a compõe. Assim interagem e se determinam mutuamente.

Segundo Oliveira (2013), quando o poder instituído não reconhece essa indissociabilidade entre *políticaspráticas*, supõe ser possível impor políticas ao campo das práticas. Essas circunstâncias acabam provocando conflitos e transgressões por parte dos *praticantespensantes*, que se apropriando dessas políticas criam outras formas de ensinar e aprender que atendam as suas

complexibilidade e multiplicidade, como aponta Rodrigues e Garcia (2016).

O que ocorre é que as políticas e as práticas dialogam entre si, mas esse diálogo não é horizontal, mas permeado pelas relações de poder e pelos mecanismos sutis de imposição e controle. Nesse sentido as políticas expressas nos textos oficiais têm mais poder e prestígio do que as práticas cotidianas. O que está em disputa nesse diálogo são as diferentes concepções de educação, conhecimento, aprendizado e currículo.

Compreender a inseparabilidade entre práticas e políticas é fundamental para trilhar novas possibilidades de negociações de sentidos. Perceber as disputas que são travadas no campo curricular e lutar contra os discursos homogeneizantes de sujeição dos sujeitos. Buscando saberes mais emancipatórios para os que hoje se apresentam como hegemônicos.

Referências:

ALVES, Nilda. Redes educativas 'dentrofora' das escolas, exemplificadas pela formação de professores. Simpósio: Currículo e cotidiano escolar, XVI ENDIPE, Belo Horizonte, 20 a 23 de abril de 2010.

ALVES, Nilda. Imagens das escolas: sobre redes de conhecimentos e currículos escolares. *Educar*, Curitiba, n.17, p. 53-62. 2001. Editora da UFPR.

OLIVEIRA, Inês B. Currículo e processos de aprendizagemensino: políticaspráticas educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteira*, V.13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013.

OLIVEIRA, Inês B. O currículo como criação cotidiana. Petrópolis, RJ:DP et Alli, 2012.

RODRIGUES, Allan; GARCIA, Alexandra, As conversas nas produções de políticas curriculares cotidianas. *Espaço do Currículo*, v.9, n.3, p. 423-437, set./dez. de 2016.

Sobre a autora:

Tamiris S. Marinho, é mestranda no programa de pós-graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais, UERJ/FFP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense -UFF. Atua com professora Docente II e Orientadora Educacional.